



GT 74. Religiões de matriz africana e seus modos de convivência: caboclos, orixás e outras entidades

Coordenador(es):

Miriam Cristina Marcilio Rabelo (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

Clara Mariani Flaksman (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Sessão 1 - Tempos, Histórias e Registros

Debatedor/a: Miriam Cristina Marcilio Rabelo (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

Sessão 2 - Vínculos e obrigações

Debatedor/a: Clara Mariani Flaksman (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Sessão 3 - Modos de Convivência

Debatedor/a: Luciana Duccini (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

A proposta deste Grupo de Trabalho é investigar os modos de se relacionar com e entre as entidades presentes nas diversas modalidades de religiões de matriz africana, tanto no Brasil quanto em outros países da diáspora africana. Assim, pretende dar ênfase não somente às análises das manifestações religiosas em si, mas aos estudos voltados para as formas como vínculos são aí construídos e mantidos. Tendo como questão chave o debate em torno das dimensões ético-políticas das formas de convivência cultivadas nessas religiões, o GT está aberto para trabalhos que tratem dos procedimentos e conceitos que participam dos processos de construção de vínculos, que discutam as diferentes temporalidades e espacialidades em jogo nesses processos e/ou explorem como os vínculos com as entidades são mobilizados e testados em situações de encontro com outras formas de prática.

Entre caboclos e orixás: relações e modos de fazer de um terreiro de candomblé na Região Metropolitana de Salvador

Autoria: Thaís Cristina Leal Verçosa (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

Esta proposta pretende discutir como a relação entre o orixá e o caboclo de uma jovem recém-iniciada no candomblé atravessou décadas e foi relevante para a vida religiosa dela, produzindo agenciamentos e conexões com outras entidades não-humanas - exus, erês, orixás e caboclos -, pessoas e espaços, definindo a escolha, construção e os cuidados com o terreiro de candomblé que ela veio a abrir após completar sua obrigação de sete anos e ser indicada para o cargo de mãe de santo. O caboclo Pena Branca apareceu na vida de Ana ainda na sua juventude e foi a partir da presença dele e das demandas exigidas que Ana começou a participar de sessões de mesa branca e de caboclo em alguns terreiros da periferia de Salvador. Como consequência do estreitamento das relações entre ambos, que se deu através de práticas de cuidado, Pena Branca solicitou que um terreiro fosse aberto para que ele pudesse ter sua própria sessão. A escolha inicial do local para o terreiro se deu em Salvador, mas o caboclo não estava satisfeito e um terreno foi indicado na cidade de Simões Filho por um dos clientes que frequentava as sessões do caboclo. Para os integrantes do terreiro, o novo local não apareceu por acaso: antes se deu pela interferência do caboclo na vida de Ana e a escolha do espaço marcava seu território. Apesar de levar o nome do orixá de cabeça da mãe de santo, eles acreditam que aquela terra também pertence ao Seu Pena Branca. Passadas algumas poucas décadas, com o crescimento das cidades, o local onde o terreiro se situa, antes um brejo ermo, se tornou um



espaço mais habitado e muitas casas foram construídas no entorno. Com o crescimento populacional, a violência também chegou ao bairro e o tráfico de drogas se instalou nas imediações, trazendo medo à mãe de santo, que decidiu vender o terreno e mover o terreiro para outra região da mesma cidade. O orixá da mãe de santo enviou diversos recados através do jogo de búzios e do seu caboclo, indicando que o terreiro deveria permanecer onde estava, porém Ana decidiu remover todos os assentamentos e plantar o axé em um novo espaço, a despeito da insistência de suas entidades. Poucos anos se passaram e o terreiro não prosperava, levando a mãe de santo a entender que seria necessário reassentá-lo no terreno anterior. Assim, mais uma vez o terreiro se moveu no espaço, sendo necessário levar consigo todos os objetos e pessoas que o integram, onde permanece até então. Aqui, as entidades da mãe de santo são fundamentais tanto para entender sua trajetória religiosa quanto a instauração do terreiro de candomblé enquanto tal e seu deslocamento no espaço, lidando com os diversos agenciamentos que foram e são necessários para que o terreiro se firmasse ao longo do tempo.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: